

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GESTÃO EM COOPERATIVAS

ADRIANA FERREIRA DOS SANTOS

**TECNOLOGIA E DESEMPREGO ESTRUTURAL: AS CONSEQUÊNCIAS PARA
OS TRABALHADORES**

ARAGUAÍNA
2016

ADRIANA FERREIRA DOS SANTOS

**TECNOLOGIA E DESEMPREGO ESTRUTURAL: AS CONSEQUÊNCIAS PARA
OS TRABALHADORES**

Artigo apresentado no curso de graduação em
Tecnologia em Gestão de Cooperativas,
Universidade Federal do Tocantins - UFT, como
requisito parcial de conclusão de curso.

Orientadora: Prof.^a Msc. Angelita de Oliveira Almeida

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^aAngelita de Oliveira Almeida (Orientadora)

Prof. Cleiton Silva Ferreira Milagres

Prof.^a. Clarete de Itoz

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter me fortalecido, por ser essencial em minha vida, autor do meu destino, meu guia, pela minha vida e saúde, por estar sempre ao meu lado e por nunca ter me desamparado.

A minha família que sempre esteve comigo, me incentivando, apoiando e acreditando em mim, principalmente aos meus pais Luiz Gonzaga e Maria Ci e meus irmãos: Luiza, Wania, Wanessa e Wagner. A meu noivo Marcelo pela compreensão, carinho e por sempre estar ao meu lado me dando total apoio.

A minha orientadora, professora Msc. Angelita de Oliveira Almeida pelo apoio, pelas excelentes orientações, paciência e compreensão durante a realização desse trabalho. Aos professores Clarete de Itoz e Cleiton Milagres que fizeram parte da banca examinadora. Aos colegas da faculdade. Em especial as amigas Ana Paula Reis, Daniely Lima, Marcia Thiely, Janyele Pereira e Brunna Costa. Pela amizade, por todo apoio e contribuições diretas e indiretas para este trabalho.

Agradeço também a todos os docentes que me acompanharam durante a graduação, enfim agradeço a todos que de alguma maneira contribuíram para realização deste trabalho.

RESUMO

Globalização, tecnologia e o desemprego estrutural são temas bastante discutidos na atualidade. Para que aja uma compreensão mais clara referente este fenômeno, procurou-se traçar algumas inter-relações deste tema com o surgimento da tecnologia, buscando obter uma maior compreensão sobre o desemprego estrutural. Constatando que o desempregose tornou um grande desafio econômico e social nos países, e o Brasil não ficou fora deste quesito, já que as economias mundiais se encontram globalizadas. O estudo aborda o processo de globalização, desde o seu surgimento até tempos atuais, com foco direto no mercado de trabalho, o que resulta em consideráveis transformações na organização e estrutura das empresas, no processo de trabalho/produção e na inserção de novas formas de trabalho, em virtude de oportunidades geradas pela difusão da automação no ambiente laboral. Com fundamento em tais alegações, buscou-se disseminar a relação entre tecnologia e desemprego estrutural, mas estritamente, averiguar as causas e os efeitos do desemprego através de pesquisa bibliográfica.

Palavras-chave: Tecnologia, Desemprego Estrutural, Trabalhadores

ABSTRACT

Globalization, technology and structural unemployment issues are extensively discussed today. To act a clearer understanding regarding this phenomenon, we tried to trace some interrelations of this issue with the advent of technology, seeking to gain a greater understanding of structural unemployment. Noting that desempregose become a major economic and social challenge in the country, and Brazil was not out of this aspect, since the world's economies are globalized. The study addresses the globalization process, from its inception to current times, with a direct focus on the labor market, resulting in considerable changes in the organization and structure of companies in the process of work / production and integration of new forms of work because of opportunities created by the spread of automation in foundation laboral.Com environment such claims, it sought to disseminate the relationship between technology and structural unemployment, but strictly investigate the causes and effects of unemployment through literature.

Keywords: Technology. Structural unemployment. Workers

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E A POLÍTICA DO ESTADO	7
3. DADOS COM RELAÇÃO AO ÍNDICE DE EMPREGO E DESEMPREGO NO PAÍS	10
4. O PROCESSO DE TRABALHO E PRODUÇÃO DO TRABALHADOR	12
5. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E/OU TERCEIRIZAÇÃO	15
6. TRABALHO AUTOGESTIONÁRIO E COLETIVO	17
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a relação entre a globalização das economias e a era da informação, do conhecimento e da tecnologia com o processo de produção/trabalho do trabalhador, que muitas vezes tem como consequência o desemprego estrutural.

Convém ressaltar que a elaboração deste estudo se justifica como pré-requisito do trabalho de conclusão de curso, para a obtenção do título de Tecnólogo em Gestão de Cooperativas pela Universidade Federal do Tocantins. A escolha deste tema deu-se mediante a necessidade de compreender os fenômenos que levam ao aumento do desemprego, tendo como foco principal o desemprego estrutural, devido aos avanços tecnológicos que tem refletido, de alguma forma, na vida dos trabalhadores.

Para compreender o objetivo proposto neste trabalho, foi necessário primeiramente, realizar uma discussão acerca da globalização da economia e do papel do Estado frente a este fenômeno mercadológico, já que o Estado deixa de intervir diretamente na economia, bem como de gerar políticas de emprego, deixando o mercado se autorregular. Em seguida, apresentou-se dados com relação ao emprego formal e o desemprego no Brasil a partir do século XXI, já que foi praticamente no início deste século que as consequências da globalização e da tecnologia, que começou a reduzir a questão do emprego e favorecer o aumento do desemprego entre os trabalhadores. Para embasar ainda mais este fenômeno, foi feito uma análise e discussão acerca do processo de trabalho e produção do trabalhador diante da automação e dos requisitos necessários para que estes se mantenham ou mesmo entrem no mercado de trabalho. Requisitos estes marcados pela multifuncionalidade do trabalhador, pelo trabalho em equipe, por saberem lidar com técnicas avançadas e incertezas que vier a acontecer no seu processo de trabalho/produção, etc. Para finalizar foi realizada uma discussão acerca de como estes trabalhadores que foram expulsos do mercado de trabalho formal, tem feito para de alguma forma, voltarem a trabalhar para terem uma fonte de renda, já que esta é indispensável para sobrevivência do ser humano. Assim, foi realizado um estudo acerca da prestação de serviços/terceirização e do trabalho autogestionário e coletivo dos empreendimentos econômicos solidários.

Metodologicamente este estudo se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica. Desta forma, foi realizada primeiramente uma revisão teórica sobre o assunto, em trabalhos científicos e livros de autores que discutem e pesquisam esta temática, e também, foi necessário consultar dados sobre o emprego e desemprego no país, deste início do século XXI, como um meio de ter informações científicas sobre esta situação. Assim, apoiou-se em autores como Pochmann (2001,2002), Frigotto (1995), Singer (1996), Ianni (1996), Antunes (2003), Almeida (2012) dentre outros.

2. GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E A POLÍTICA DO ESTADO

A globalização no mundo consiste no desenvolvimento de um mercado interno e externo que faz com que o poder de negociação seja ampliado para fomentar a economia mundial. A globalização pode ser considerada como resultado da Revolução Tecnológica, permitindo com que o capital financeiro das empresas seja movimentado de qualquer parte do mundo, fazendo intensificar a competição entre os grandes conglomerados nacionais e internacionais (Almeida, 2012). De acordo com Ianni (1996) a globalização no mundo acaba por expressar a expansão do sistema capitalista em nível global, social e cultural.

Trata-se de um processo que passa por constantes mutações no mundo e tende a crescer mediante o campo que ocupa, tendo como principal foco o econômico. No entanto, o mundo globalizado economicamente cria algumas desvantagens como, por exemplo, o aumento da desigualdade social. E isto pode exacerbar a exclusão social, e assim, faz com que certa parcela da sociedade fique excluída de determinados direitos sociais, como por exemplo, o acesso ao emprego ou trabalho. Por exclusão social, entende-se:

[...] ser retratada como manifestação de novos tipos de desigualdades como aqueles não-contemplados por políticas sociais de inclusão existentes, pelo desemprego estrutural generalizado, pelo aumento dos moradores de rua que caracterizam uma das formas de exclusão dos direitos humanos (o direito à moradia), formas de precarização do mundo do trabalho e de rendas insuficientes bem como os problemas relacionados com o advento da insegurança social ocasionada pela explosão de diversas formas de violência (CAMPOS et al, 2003, p. 33).

O mundo globalizado tende a favorecer a exclusão social, já que as atenções do governo se voltam, geralmente, a atender as necessidades do mercado, no sentido de gerar crescimento para o país. Porém o crescimento não atinge a todos

por igual, o que gera um desordenamento entre a população, em que uns tem muitos, e outros tem pouco ou nada. Isto faz com que a exclusão social continue ou até mesmo aumente.

Justamente por esta ampla natureza a globalização facilita a formação de táticas globais dos grupos empresariais fundamentado, principalmente, na incorporação e fusão de grandes empresas, bem como no progresso de técnicas de inovação no processo de trabalho, sem se preocupar com o impacto que terá para o trabalhador. Esse fato se dá mediante o acúmulo de capital, gerando assim a intensificação de novas formas do processo de produção baseado em técnicas mais rápidas e automatizadas, favorecendo o enxugamento de postos de trabalho. No entanto, estas técnicas contribuem com o aumento do desemprego, que é gerado pela substituição de esforços físicos e manuais pela automação do processo de trabalho e produção, tornando-se visível que um dos impactos do mundo globalizado foi o enxugamento das empresas, ou seja, à eliminação de postos de trabalho.

Convém ressaltar, que a globalização da economia mundial teve seu marco inicial a partir dos anos de 1970, devido ao aumento do preço do barril do petróleo, acarretando assim uma série de problemas econômicos, como por exemplo, fusões e incorporações de empresas, privatização de setores públicos, uso de tecnologias no setor de produção (Pochmann, 2002). A Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), entidade que reúne os principais países industrializados do mundo, elevou o preço do petróleo, gerando uma escassez de combustíveis no mercado mundial e acarretando uma crise econômica, o que afetou a questão do emprego.

Este fato causado pela escassez fez com que os consumidores revessem a sua postura mediante a compra de produtos que tinham como fonte de energia o petróleo. A Inglaterra foi o primeiro país a sentir efeitos da crise, e assim, a ministra deste país, Margaret Thatcher, buscou reedificar parcerias com países economicamente bem sucedidos, como os Estados Unidos, e promoveu um programa de privatizações das empresas estatais. Desta forma deu-se uma corrida para buscar internacionalizar as economias visando garantir com que ela se erguesse novamente. E de acordo com Gernari (2011) começaram a surgir às políticas de liberalização e desregulamentação, no qual o Estado começa a privatizar suas empresas e se retirar diretamente da regulamentação da economia e deixar o mercado comandar as regras econômicas.

De acordo com Anderson (1995) este modelo de estado neoliberal implantado nos países capitalistas avançados expande-se por toda parte. A liberdade de mercado passa a ser defendido e o neoliberalismo veda a intervenção do governo no mercado econômico defendendo a privatização de empresas estatais, visando à garantia do desenvolvimento econômico do país como crescimento econômico-social.

A tese neoliberal postula a retirada do estado da economia – a idéia do Estado Mínimo -; a restrição dos ganhos de produtividade e garantias de emprego e estabilidade de emprego; a volta das leis de mercado sem restrições; o aumento das taxas de juros para aumentar a poupança e arrefecer o consumo; a diminuição dos impostos sobre o capital e a diminuição dos gastos com receitas públicas e, conseqüentemente, dos investimentos em políticas sociais. (FRIGOTTO, 1995, p.80-81).

Com relação ao Brasil, foi no final dos anos de 1980 e início dos anos 1990 que a globalização econômica passou a ter maior impacto na economia brasileira, tendo maior visibilidade após a adoção do modelo econômico neoliberal. O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) continuou com a política de abertura da economia para o mercado mundial e de inserção do país no processo de globalização, dando continuidade ao processo de privatizações. Mesmo com a inflação controlada o período do governo do FHC foi marcado pela estagnação da economia e pela má distribuição de renda, como por exemplo, a privatização das empresas estatais como a Vale do Rio Doce e o Sistema Telebrás. Segundo Rego (2000), a abertura econômica que se intensificou a partir dos anos de 1990 no país, se deu em função da reestruturação que a economia brasileira teve com a adesão ao mundo globalizado.

O Brasil passou então a ter uma economia aberta, fazendo transações comerciais com uma grande diversidade de nações. Mas o acesso a esses produtos internacionais pode significar perda para os fabricantes locais, pois muitas vezes o produto é mais barato, apresenta uma tecnologia mais avançada ou uma mão de obra mais barata. Sendo assim a qualidade é superior aos produtos fabricados no Brasil. Em contrapartida, estes produtos acabam ocasionando uma concorrência injusta entre os produtos nacionais, podendo até levar empresas nacionais à falência, aumentando ainda mais o desemprego.

Convém ressaltar que o processo de globalização das economias só foi possível acontecer devido à tecnologia que se despontava. De acordo com Almeida (2012) esta propiciou com que as negociações das empresas e o seu capital fossem

movimentados de forma mais rápida entre os países, favorecendo as economias mundiais a saírem da crise, mas por outro lado, afetou a relação laboral dos trabalhadores.

Esta se deveu ao desenvolvimento da tecnologia, que propiciou a interligação e a movimentação do capital financeiro de suas empresas para qualquer parte do mundo, dando início a Terceira Revolução Industrial e Tecnológica. Ideologicamente esta vem sendo caracterizada como uma nova sociedade, na qual as principais exigências para o trabalhador são o domínio da informação e do conhecimento (Almeida, 2012, p.40).

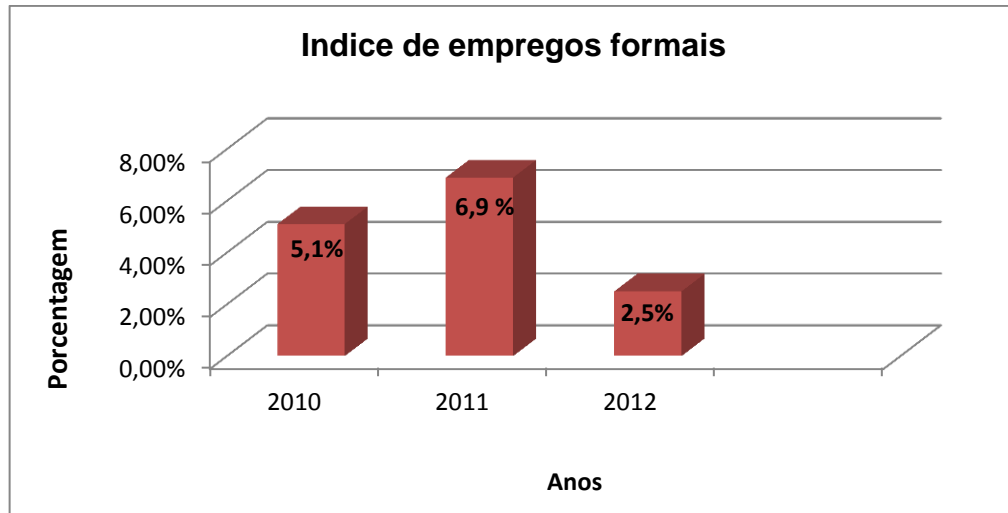
O surgimento da tecnologia foi fator indispensável para o desenvolvimento do processo de globalização, pois propiciou que as economias fossem movimentadas de qualquer parte do mundo. Também, foi o motor na mudança do processo de trabalho e produção das empresas, na qual saiu de uma produção em massa e rotineira, caracterizada pelo taylorismo, para um processo produtivo em que o domínio e o uso da tecnologia passaram a ocupar o espaço na produção, conforme veremos adiante.

3. DADOS COM RELAÇÃO AO ÍNDICE DE DESEMPREGO NO PAÍS

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013) o emprego é definido como um ofício e refere-se a um cargo ou ocupação remunerada de um indivíduo numa empresa ou órgão público, e o desemprego se define como situação de ociosidade involuntária, podendo também ser conceituada como falta de vocação do sistema econômico no processo de geração de emprego. Convém ressaltar que a expressão emprego e desemprego estão presentes na vida de todos, até mesmo daqueles indivíduos que ainda não fazem parte da População Economicamente Ativa (PEA).

Com relação ao desemprego entende-se que este assola pessoas incluídas na faixa de idade economicamente ativa, em geral entre 15 e 65 anos, que estejam por determinado tempo sem realizar uma atividade econômica e receber uma remuneração por isto IBGE (2013) .

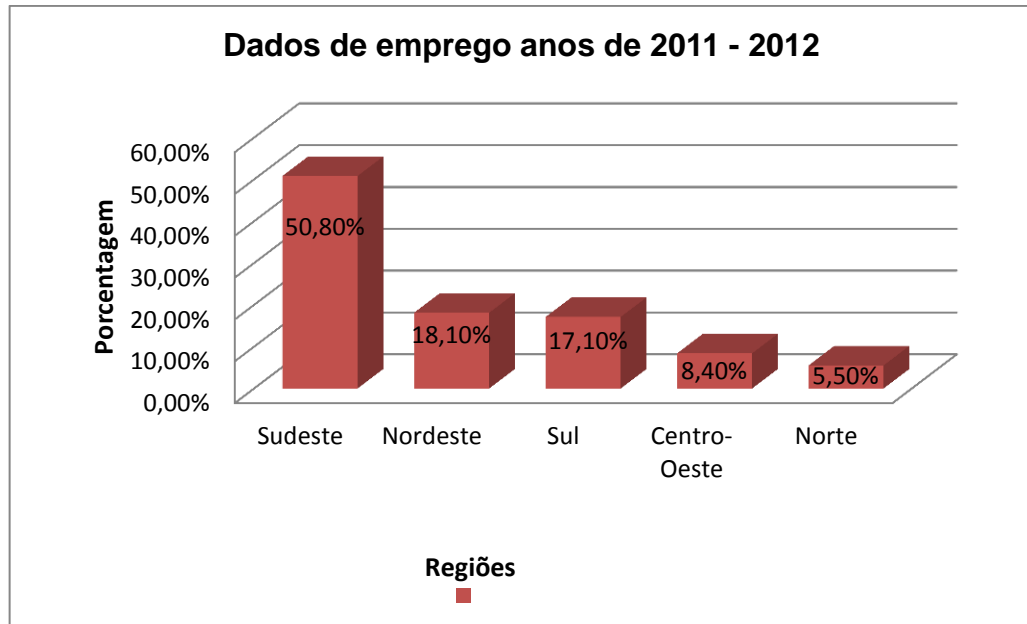
De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2014), em setembro de 2014a quantidade de pessoas com um emprego formal no país cresceu 1,8% no ano de 2011 quando comparado com o ano de 2010, porém no ano de 2012 teve em redução de 4,40% quando comparado com o ano anterior, conforme demonstrado no gráfico abaixo.



Fonte: DIEESE, 2014

Observa-se que esta oscilação na questão do emprego é resultado do processo globalizado das economias e do desenvolvimento da era tecnológica, que atingiu desde o final do século XX e continua atingindo neste início do século XXI milhares de trabalhadores em todo o país. Pois com a economia globalizada, muitas empresas se fundiram uma com a outra, e pequenas e médias empresas, começaram a perder espaço devido a entrada de grandes multinacionais no país, bem como com a importação de produtos. E com relação a tecnologia, esta começou a ocupar o espaço produtivo que antes pertencia a um trabalhador, ou seja, a informatização dispensa parte dos trabalhadores do seu ambiente laboral. Isto é prejudicial tanto para a economia, pois o país precisa deixar de crescer e gerar emprego, quanto para a população que necessita estar inserido no mercado de trabalho para seu próprio sustento.

Com relação ao nível de emprego nas cinco regiões brasileiras, destaca-se que a região que mais concentrou o nível de empregos formais no país foi a região Sudeste, com 50,8%, seguida das regiões nordeste com 18,1%, sul com 17,1%, centro-oeste com 8,4% e norte com 5,5%, conforme demonstrado no gráfico abaixo (DIEESE, 2014).



Fonte: DIEESE,2014.

É notório como a região sudeste do país, composta pelos estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Espírito Santo se destaca na concentração de geração de empregos, quando comparado com as demais regiões brasileiras

Observa-se que a região norte, composta pelos estados do Amazonas, Acre, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará e Tocantins, se destaca em último lugar com relação a geração de emprego, apenas 5,5%. Quando comparado com o índice da região sudeste, a região norte apresenta um déficit de 45,3% de geração de empregos. Na verdade, todas as quatro regiões brasileiras, quando comparado com a região sudeste, apresenta uma redução bastante importante.

4. O PROCESSO DE TRABALHO E PRODUÇÃO DO TRABALHADOR

Pode-se dizer que no âmbito do sistema capitalista, a inserção da tecnologia, é fundamental para a reestruturação produtiva do processo de trabalho e produção, visando o resultado desejado através do menor desperdício possível, tanto do fator tempo, quanto de recursos materiais empregues no processo de fabricação. Desta forma, as empresas conseguem uma maior maximização dos seus resultados, gerando assim, uma padronização na qualidade de seus produtos, mercadorias e serviços, o que acaba contribuindo com o crescimento das empresas, tornando-as

competitivas no mercado e conseqüentemente um maior lucro. Já que é este lucro que faz com que o sistema capitalista se mantenha.

Por outro lado, o lado do trabalhador, as empresas acabam exigindo, neste mundo moderno, dos que ainda conseguem se manter no mercado de trabalho, o domínio da informação e do conhecimento, ou seja, de dominarem as melhores técnicas do processo de trabalho e produtivo, de saberem lidar com as incertezas que acontecem durante o seu trabalho, de saberem operar cada vez mais as máquinas sofisticadas. A este respeito, Almeida (2012), nos mostra que a formação requisitada por esta reestruturação produtiva no mundo globalizado é uma formação voltada para o aprendizado sobre como ser um trabalhador multifuncional, flexível, com capacidade de se adaptar rapidamente a qualquer trabalho e mudança, devendo procurar sempre novos conhecimentos. Já para Pochmann (2001) com o avanço das inovações tecnológicas as empresas passaram a necessitar de funcionários multifuncionais, que tenham capacidade e habilidades para executar o seu trabalho e qualquer tipo de incertezas que vier a ocorrer.

Requisitos como estes são indispensáveis para o ingresso e permanência desses profissionais no mercado de trabalho. Portanto, não podemos deixar de nos reportar que essa reestruturação produtiva foi em função da mudança que houve no processo produtivo devido a tecnologia disponível, no qual as empresas saíram de uma produção em massa para uma produção flexível, ou seja, a transformação do modelo produtivo baseado no *taylorismo/fordismo* para o *toyotismo*.

No *taylorismo/fordismo* o trabalho era intensificado, a produção foi praticamente em massa, havendo uma grande quantidade de estoques armazenados, tendo como objetivo o aumento da produtividade. As principais características desse sistema consistiram na divisão do trabalho e organização das tarefas dentro da empresa, na busca por maximização do rendimento e na execução de tarefas em um menor tempo possível. Já no *toyotismo*, o sistema produtivo predominante nos dias atuais, a produção e o trabalho são flexíveis, só se produz o que é necessário ou sobre demanda, reduzindo os estoques e exigindo que os trabalhadores saibam tomar as possíveis decisões que vierem a precisar. Também a tecnologia está presente no processo de trabalho, e é esta tecnologia que o trabalhador tem que saber operar, e para isto tem que ter as informações e conhecimentos necessários, saber lidar com os imprevistos e ter competência no que faz. Antunes (1999), nos mostra que:

Os capitalistas compreenderam então que, em vez de delimitar a exploração da força de trabalho muscular dos trabalhadores privando-os de qualquer iniciativa e mantendo-os enclausurados nas compartimentações estritas do taylorismo e do fordismo, podiam multiplicar seu lucro explorando-lhes a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas as virtualidades da inteligência. Foi com este fim que desenvolveram a tecnologia eletrônica e os computadores e que remodelaram os sistemas de administração de empresas (ANTUNES, 1999, p. 47).

De acordo com Kinski (2003) tecnologia pode ser conceituada como uma forma de envolver o discernimento tecnológico ou científico e os mecanismos, dispositivos ou apetrechos criados a partir da ciência. Quando se fala em tecnologia, imediatamente, se pensa em descobertas de ferramentas e uso de técnicas aprimoradas que leva o ser humano a abarcar para o seu processo laboral dentro das organizações empresariais.

No entanto, esta tecnologia que atualmente vem se tornando cada vez mais indispensável para as empresas e exigindo cada vez mais que os trabalhadores a dominem acabam também, por extinguir postos de trabalho. Não por todos os trabalhadores não dominarem as informações e conhecimentos necessários, mas sim, porque as máquinas cada vez mais sofisticadas vêm ocupando o espaço de trabalho do ser humano. Segundo Tigre (2006) as primeiras tecnologias surgiram em meio a I e II Revolução Industrial, todavia, em seu início tratavam-se apenas de inovações práticas, conhecimentos colocados em prol dos serviços realizados por mecânicos, ferreiros, carpinteiros, ferrovias e siderurgias, mas com o passar do tempo e o desenvolvimento da ciência, a tecnologia automatizada passou a requisitar que os trabalhadores a dominem, bem como a ocupar o lugar dos trabalhadores dentro das organizações. Este momento é caracterizado como a III Revolução industrial e tecnológica ou a era do conhecimento e da informação (Antunes, 2003).

Esta era produziu o desemprego estrutural, pois a tecnologia que favoreceu ao processo globalizado provocou também a eliminação dos trabalhadores dos seus postos de trabalho. Segundo Paul Singer (1996).

A revolução industrial tecnológica vem acarretando acentuado aumento da produtividade do trabalho e, em consequência, causaram desemprego tecnológico. Os deslocamentos foram grandes, milhões de trabalhadores perderam suas qualificações à medida que máquinas e aparelhos permitiram obter com menores custos os resultados produtivos que antes exigiam a intervenção direta da mão humana (Singer, 1996, p. 05)

Esta produtividade do trabalho que o autor (1996) destaca acima tende a fazer com que as empresas reduzem seus custos com mão de obra, e conseqüentemente aumentam seus lucros. Isto faz com que os trabalhadores sejam demitidos de seu trabalho/emprego e como consequência ocorre o aumento da desigualdade social, já que o dinheiro fica nas mãos do empresariado.

Para minimizar esta desigualdade social, e até mesmo fazer com que os cidadãos tenham uma fonte de renda, fator indispensável para a sobrevivência humana, outras alternativas vêm sendo disseminadas como um instrumento de reingressar estes trabalhadores no mercado de trabalho, tais como a prestação de serviços e o trabalho autogestionário/coletivo, conforme veremos adiante.

5. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E/OU TERCEIRIZAÇÃO

De acordo com Silva (1997), o Brasil já pratica a terceirização do trabalho desde a década de 1970, mas somente no fim dos anos de 1990 e início do século XXI é que a terceirização ganha destaque. Com relação à terceirização, entende-se ser:

A transferência de atividade para fornecedores especializados, detentores de tecnologia própria e moderna, que tenham esta atividade terceirizada como sua atividade fim, liberando a tomadora para concentrar seus esforços gerenciais em seu negócio principal, preservando e evoluindo em qualidade e produtividade, reduzindo custos e ganhando competitividade (Silva 1997, p. 30).

Terceirizar os serviços se tornou mais rentável para a empresa, pois manter os trabalhadores sob a sua total dependência eleva os gastos com encargos trabalhistas e direitos sociais, o que torna mais viável para os empresários, porém mais prejudicial para os trabalhadores que perdem direitos trabalhistas e sociais já conquistados, bem como fica vulnerável a instabilidade de quando o mercado necessitar de sua mão de obra. A respeito, Antunes (2007a) nos mostra uma nova estrutura do trabalho:

Observa-se, no universo do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, uma múltipla processualidade: de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial fabril, nos países de capitalismo avançado (...). Em outras palavras, houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional.[...] verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, expressa também através da crescente incorporação do contingente feminino no mundo operário; vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, "terceirizado", que

marca a sociedade dual no capitalismo avançado [...] (ANTUNES, 2007a, p.49)

A expansão da terceirização resulta no crescimento do trabalho precário e desregulamentação trabalhista, o que prejudica a classe trabalhadora, pois esta fica mais vulnerável as exigências do mercado de trabalho, tanto com relação a remuneração quanto com relação ao tempo em que a empresa irá necessitar do seu trabalho. Viana (2004) exemplifica tal questão: “[...] estudo do Dieese, em 1999, envolvendo 40 empresas terceirizadas do ABC, apontavam: em 72,5% dos casos, benefícios sociais inferiores; e em 67,5% níveis salariais mais baixos”. (VIANA, 2004, p. 63).

Entende-se então que a terceirização é considerada uma das principais formas de precarização do trabalho, pois ao invés de trabalhar com um quadro efetivo de empregados, utiliza-se a mão de obra de terceiros. No entanto, mesmo causando perdas para os trabalhadores, não se pode deixar de considerar que mesmo assim, o trabalho terceirizado é um meio de os trabalhadores desempregados em consequência da tecnologia, se ingressar no mercado de trabalho, tendo uma renda para sua sobrevivência.

De acordo com Druck e Antunes (2013) a terceirização fragmenta e divide os trabalhadores, aparta, desmembra as identidades coletivas, individualiza e cria concorrência entre os que trabalham terceirizados e os contratados diretamente pelas empresas. Os autores (2013) nos mostra ainda que muitas das vezes estes trabalhadores estejam no mesmo local e nas mesmas funções, entretanto, estão separados de fato e simbolicamente pelo crachá diferente, pelo tratamento diferente, pelos diferentes uniformes, que identificam os de primeira e de segunda categoria, ou seja, os contratados diretamente pelas empresas e os terceirizados.

Contam com um processo de desintegração da força de trabalho, de dispersão dos trabalhadores, de enfraquecimento de suas identidades sociais, de precarização do emprego, do trabalho e da vida – consequências provocadas, no âmbito do processo de trabalho, pela terceirização, e que estabelecem, desta forma, novas relações dos trabalhadores com as gerências e entre eles mesmos (Druck,1999, p.16).

Segundo Druck e Antunes (2013) a terceirização traz consigo diversos fatores negativos com relação ao processo de contratação e de trabalho, causando insegurança para o trabalhador no sentido de muitas vezes ser um trabalho temporário, no sentido de ficar refém do tipo e tempo de trabalhado que a empresa

irá necessitar. Assim, este trabalhador, geralmente, tem vida temporária dentro da empresa, o que os fazem ficar sempre em busca de novos contratos, já que uma fonte de renda é indispensável para sua sobrevivência. Este meio de contratação é bastante prejudicial para os trabalhadores, e conseqüentemente rentável para quem os contrata.

6. TRABALHO AUTOGESTIONÁRIO E COLETIVO

O trabalho autogestionário e coletivo são características fundamentais da Economia Solidária. Esta economia nasceu no contexto do século XIX, em meio aos danos causados aos trabalhadores pela I Revolução Industrial. No Brasil somente a partir dos anos de 1990 que as práticas da economia solidária passaram a ganhar destaque, devido as profundas crises econômica e social, marcada pela globalização da economia, pelo surgimento da tecnologia no processo de trabalho, pela política do estado neoliberal e pelas regras de mercado, ocasionando assim, redução nos postos de trabalho. Foi perante esses aspectos, que a economia solidária surgiu como proposta de mediar a desigualdade social e o desemprego, reorganizando os trabalhadores em uma nova forma de enfrentar tais prejuízos.

Arruda (2000) conceitua a economia solidária como uma proposta ideológica de contraponto a economia capitalista. Todavia, não como um programa, mas sim como uma filosofia de vida, que consiste em uma nova forma de pensar o trabalho do ser humano, a economia e o mundo como um todo. Para Paul Singer (2002) a economia solidária se fundamenta na tese de que as contradições do capitalismo criam oportunidades de constituição de organizações econômicas solidárias, cuja estrutura é oposta ao modo de produção do sistema capitalista, no qual os próprios trabalhadores se organizam para ofertar seus produtos ou serviços aos consumidores, por meio de um empreendimento econômico de propriedade coletivo, democrático e autogestionário.

Diante destes dois conceitos de economia solidária as propostas se aproximam, pois, Arruda (2000) e Singer (2002) defendem a ideia da economia solidária como uma oportunidade de organização coletiva dos trabalhadores no mercado e de transformação social e econômica.

A economia capitalista se difere da economia solidária da forma em que são geridas, pois enquanto o capitalismo produz desigualdade e desequilíbrio, na economia solidária predomina a democracia, a autogestão e a igualdade entre todos

os envolvidos no empreendimento. No capitalismo fatores sociais e culturais são deixados de lado, predominando o individualismo, a competição e o materialismo, pois o interesse maior está no acúmulo de capital e de lucros, mecanismos estes gerados pelas regras do mundo globalizado. E assim, a desigualdade social é produzida mediante a centralização de poder, na má distribuição de renda, na falta de oportunidade de inserção no mercado de trabalho, o que acaba gerando o desequilíbrio nas relações sociais e econômicas do trabalhador.

De acordo com Singer (2002), a economia solidária é a economia a favor da sociedade humana e está amparado na autogestão, que visa um desenvolvimento humano e social em múltiplas dimensões, ultrapassando o monopólio dos elementos econômicos sobre a vida em sociedade. A autogestão refere-se à participação direta dos trabalhadores na tomada de decisão. Estas são praticadas de maneira democrática, trazendo benefícios no sentido de compartilhar experiências e gerar interesse dos participantes em aprofundar conhecimentos sobre a produção, comercialização e gerenciamento do empreendimento autogerido, e “[...] por serem tomadas em conjunto e de refletirem diretamente nos próprios destinos de cada um, contribui para que os trabalhadores tenham uma maior responsabilidade e comprometimento em relação à empresa” (Singer, 2002, p. 03).

O trabalho autogestionário tem se destacado perante o fato de os próprios trabalhadores se organizarem para gerir o empreendimento, de forma com que os mesmos decidem sobre todo o processo de trabalho e produção, sem ter um patrão para o explorarem e o mandarem. Nesse sentido, os empreendimentos autogestionários são vistos por Singer (1998) como uma solução não capitalista para o desemprego, desde que os mesmos tenham viabilidade econômica, ou seja, tenham mercado para os seus produtos/trabalhos.

A massa dos socialmente excluídos teria uma oportunidade real de se inserir na economia (...) a partir de um novo setor econômico, formado por pequenas empresas e trabalhadores por conta própria, composto por ex-desempregados. (Singer, 1998, p.122-139).

Assim, um dos meios dos trabalhadores desapropriados dos seus postos de trabalho se ingressar formalmente no mercado através da economia solidária seria por meio de se organizarem em cooperativas. Dentre os inúmeros benefícios de estar inserido em uma sociedade cooperativa, podemos destacar: a participação na

tomada de decisões, gestão democrática, serem donos e usuários do negócio, ter controle sobre a comercialização e industrialização dos produtos e fazer parte de uma organização de pessoas que os representa economicamente e socialmente. Portanto uma das principais vantagens de estar inserido em uma sociedade cooperativa é a organização coletiva e democrática do trabalho, em que não estão sendo explorados pelos donos dos meios de produção, já que estes são de propriedade coletiva de todos os proprietários da cooperativa, ou seja, os cooperados. Por empreendimentos cooperativos autogestionários, entende-se que:

O vínculo aberto e voluntário – as cooperativas estão sempre abertas a novos membros –; o controle democrático por parte dos membros – as decisões fundamentais são tomadas pelos cooperados de acordo com o princípio “um membro, um voto”, ou seja, independentemente das contribuições de capital feitas por cada membro ou sua função na cooperativa –; a participação econômica dos membros – tanto como proprietários solidários da cooperativa quanto como participantes eventuais nas decisões sobre distribuição dos proveitos –; a autonomia e independência em relação ao Estado e a outras organizações; o compromisso com a educação dos membros da cooperativa – para lhes facultar uma participação efetiva –; a cooperação entre cooperativas através de organizações locais, nacionais e mundiais; e a contribuição para o desenvolvimento da comunidade em que está localizada a cooperativa. (SANTOS, 2002, pp. 1-2).

Já outro meio dos trabalhadores continuarem no mercado de trabalho seria através de se organizarem para reerguerem empresas mercantis que decretaram falência em empresas autogestionárias. Isto devido ao processo da globalização das economias mundiais, em que geralmente, as pequenas e médias empresas não sobrevivem a era globalizada, pois os grandes conglomerados mercantis controlam a economia, expulsando os pequenos e médios do mercado. Desta forma, para não perderem sua fonte de renda, os trabalhadores destas empresas podem recuperar a empresa por meio de uma propriedade privada coletivamente autogeridas, pois “[...]empresas recuperadas por trabalhadores cooperados em sistemas de autogestão são consideradas empreendimentos de economia solidária [...] cuja gestão é exercida democraticamente pelos trabalhadores/as participantes” (GONÇALVES, 2005, p. 53).

As empresas então passam a serem estruturadas como empreendimentos autogestionárias, pois se tornam uma organização de propriedade coletiva, gerida democraticamente pelos trabalhadores, sendo um novo desafio que proporciona aos trabalhadores e agora gestores do negócio, a liberdade de expor suas ideias e

inúmeras responsabilidades de estarem a frente de um empreendimento de forma que ocorra a incorporação de práticas democráticas e autogestionárias no empreendimento.

A preocupação com o emprego é, portanto, o eixo orientador das empresas recuperadas por trabalhadores em regime de autogestão. Em geral pertencentes a empresas que não conseguiram acompanhar os avanços do capitalismo, esses trabalhadores buscam modernizá-las, incorporando as novas dimensões técnicas, tecnológicas e de gestão das empresas. A versão capitalista da democracia industrial – que há muito vem sendo instituída nas fábricas do mundo inteiro, através dos círculos de qualidade, comissões de fábrica, conselhos etc. – prevalece nas empresas recuperadas e, muitas vezes, sua implementação transforma-se no grande desafio da gestão. (Linhares, 2006, p; 127)

A recuperação de empresas por parte dos trabalhadores e a organização do trabalho através de cooperativas autogestionárias vêm se tornando uma opção para os trabalhadores enfrentarem o desemprego estrutural, que predomina na economia brasileira desde o final dos anos de 1990. Porém, são empreendimentos que requerem envolvimento e participação de todos os trabalhadores no processo de produção, gestão e comercialização. Assim, é indispensável a incorporação de práticas democráticas e coletivas para que estes empreendimentos autogestionários permaneça no mercado.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer do trabalho buscou-se relacionar as relações entre a globalização e tecnologia, tendo como consequência o aumento do desemprego estrutural. O estudo abordou então a temática da globalização das economias mundiais, da introdução da tecnologia no processo de trabalho, da redução dos postos de trabalho e nas formas com que os trabalhadores desempregados estão se organizando para enfrentar tal situação.

Considerando as inovações e a modernização que vêm ocorrendo no processo produtivo, podemos apontar possíveis soluções racionais ao problema do desemprego, através da criação e implantação de programas de obras públicas e que tenham o intuito de fomentar as idéias cooperativistas visando o crescimento na abertura de empresas e/ou cooperativas e a minimizar os impactos gerados pelo crescimento do desemprego estrutural.

O sistema capitalista tem passado por grandes transformações que tem afetado diretamente o mundo do trabalho. Sabemos que o avanço tecnológico é um dos principais impulsionadores do crescimento do desemprego, pois podemos nos referir as inovações tecnológicas como duas vertentes: mostra-se necessário para garantir o avanço da ciência, aceleração do processo produtivo, porém acaba por prejudicar milhares de trabalhadores que acabam por serem expulsos do seu posto de trabalho em virtude da introdução desta ciência no processo de trabalho e da substituição de esforços físicos, manuais por um trabalho mecanizado. Assim, o mundo globalizado e tecnológico pode ser entendido como um fenômeno contraditório, pois de um lado ocorre a aceleração científica e tecnológica e do outro ocorre o crescimento da exploração, exclusão e precarização nas relações de trabalho, tendo o desemprego estrutural como parte do processo de avanço e crescimento do mercado do trabalho.

Portanto, é através das consequências para os trabalhadores desta era informatizada que passam a surgir novos meios destes trabalhadores excluídos de seus postos de trabalho se organizarem através de empreendimentos coletivos, democráticos, participativos e autogestionários. Pois as cooperativas podem ser consideradas como um modelo de gestão de democratização econômica, já que auxiliam na melhor forma de distribuir a renda e fomentar a geração de postos, desta forma poderemos observar com clareza a importância do cooperativismo, que pode ser observado não somente como uma forma de dar assistência, mas sim focando na inserção de empresas/cooperativas que trazem um novo modelo de gestão, uma nova realidade para o trabalhador. E estes trabalhadores passam então a se organizar de forma coletiva e autogestionária, seja por meio de cooperativas e/ou recuperação de empresas falidas, pois de alguma forma os excluídos voltam a ser inseridos no mercado de trabalho e passam a ter seu próprio trabalho e renda.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Angelita de Oliveira, **Os ensinamentos do capitalismo: o que o jovem aprendiz aprende sob os auspícios do estado para se tornar um trabalhador.** / Angelita de Oliveira Almeida. – Campo Grande, MS, 2012.
- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E., GENTILLI, P. (Orgs). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p.9-23.
- ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2007^a.
- _____. **Os sentidos do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 1999
- _____. A nova morfologia do trabalho e suas principais tendências: informalidade, infoproletariado, (i) materialidade e valor. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2013a.v. II.
- ARRUDA, M. Um novo humanismo para uma nova economia. In: KRAYCHEQUE, G. **Economia dos setores populares.** Petrópolis: Vozes, 2000, p.199-223.
- CAMPOS, A. et al. **Atlas da exclusão social no Brasil**, volume 2: Dinâmica e manifestação territorial. São Paulo: Cortez, 2003.
- DIEESE, **Departamento Intersindical de Estatística e estudos socioeconômicos**
Disponível em
<<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec140Rais2013.pdf>>
- _____. <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec133Rais.pdf>> Acesso 08/12/2015
- DRUCK, Maria da Graça. **Terceirização: desfordizando a fábrica – um estudo do complexo petroquímico da Bahia.** São Paulo: Boitempo; Edufba, 1999.
- _____. A terceirização como regra. Rev. TST, Brasília, vol. 79, no 4, out/dez 2013, p. 220.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a Crise do Capitalismo Real.** São Paulo: Cortez, 1995.
- GENNARI, Adilson Marques, **Globalização, Estado, Neoliberalismo e desigualdade social no Brasil.**2011 ,
- GONÇALVES, Wagner Augusto. A nova lei de falências e as empresas recuperadas sob o sistema de autogestão. **Boletim Mercado de Trabalho IPEA – Conjuntura e Análise**, n. 28, set. 2005, p. 53-62.

IANNI, Octavio. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1996.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm> Acesso 08/12/2015.

LINHARES, Thais Juvenal. REVISTA DO BNDES, RIO DE JANEIRO, V. 13, N. 26, P. 115-138, DEZ. 2006

KENSKI, Vani Moreira, **Educação e Tecnologias: O novo ritmo da informação**. São Paulo, Papyrus, 2003.

POCHMANN, Marcio, 1962- **O trabalho sobre fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**/ Marcio Pochmann 3ª ed. – São Paulo : Contexto, 2002.

POCHMANN, Marcio. **O Emprego na Globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: BOITEMPO EDITORIAL, 2001.

POCHMANN, Marcio, 1962-**A década dos mitos** / Marcio Pochmann- São Paulo. Contexto 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SILVA, Ciro Pereira da.**A terceirização responsável: Modernidade e modismo**. São Paulo: LTR, 1997.

SINGER, Paul ,**Desemprego e exclusão social**, São Paulo, Fundação Sead 1996.

SINGER, Paul, **Globalização e Desemprego:diagnostico e alternativas**. São Paulo, contexto 1998.

SINGER, Paul, **Introdução à economia solidaria**, São Paulo, Fundação Perseu Abramo 2002.

TIGRE, Paulo Bastos. **Gestão da Inovação: a economia da tecnologia do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

VIANA, Márcio Túlio. **Terceirização e sindicato: um enfoque para além do direito**. Revista da Faculdade Mineira de Direito, Belo Horizonte , v.7, n.13 e 14 , p.50-82, 1º e 2º sem. 2004.